

Marcelo Camargo/Agência Brasil

# CORREIO ECONÔMICO

POR  
ANDRE SOUZA



Reprodução

Medicamentos não poderão ficar expostos nas gôndolas

## Nova Lei autoriza a venda de remédios em supermercados

Supermercados estão autorizados a vender medicamentos no Brasil. A Lei nº 15.357, de 20 de março de 2026, de autoria da Presidência da República, permite a comercialização desde que as farmácias ou drogarias estejam instaladas dentro dos supermercados, em espaços separados das áreas de compras. Remédios não poderão ser expostos em gôndolas ou junto a alimentos. A legislação também exige a presença de farmacêutico durante todo o funcionamento e o cumprimento das normas sanitárias vigentes. Medicamentos controlados seguirão exigências adicionais. A mudança busca ampliar o acesso da população e aumentar a concorrência, com possível impacto na redução de preços.

## Nova empresa focada em Oncologia

O Grupo Fleury, especializado em medicina diagnóstica, e a Porto Seguro, que atua nos segmentos de seguros e serviços financeiros, firmaram acordo não vinculante com a Oncoclínicas para criar a “NewCo”, nova empresa focada em oncologia. Fleury e Porto devem investir R\$ 500 milhões, dividir o controle da companhia e ampliar a oferta de serviços oncológicos no país. Ainda não há uma data definida de lançamento da nova empresa.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Fachada do prédio do Ministério do Planejamento

## Bloqueio de R\$ 1,6 bi do Orçamento

O governo federal anunciou na terça-feira (24) o bloqueio de R\$ 1,6 bilhão em despesas do Orçamento de 2026, segundo os ministérios da Fazenda e do Planejamento. A medida está no relatório de avaliação de receitas e despesas e foi tomada para atender ao limite de gastos do novo arcabouço fiscal, que controla o crescimento das despesas públicas. O bloqueio inclui apenas gastos não obrigatórios e será detalhado por órgão até o fim do mês. Essa ação visa ajustar o Orçamento e garantir o cumprimento da meta fiscal do ano.

## Inscrições abertas para o “Supernova”

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) abriu as inscrições para a primeira temporada do “Supernova 2026”, programa gratuito voltado a estudantes do ensino técnico e superior interessados em desenvolver projetos inovadores. As inscrições online seguem até 30 de maio, e os melhores trabalhos concorrem a prêmios que somam mais de R\$ 1 milhão.

## Dinheiro no Bolso

A Telefônica Vivo, empresa do setor de telecomunicações, anunciou pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) de R\$ 200 milhões aos investidores, cerca de R\$ 0,0625 por ação, para acionistas com posições (data com) até 25 de março. O crédito será pago na data provável de 30 de abril de 2027.

## Mais dinheiro

A Celesc, companhia elétrica de Santa Catarina, vai pagar R\$ 77,6 milhões em Juros Sobre o Capital Próprio (JCP), com R\$ 1,89 por ação ordinária e R\$ 2,08 por ação preferencial. Terão direito ao provento os acionistas com posição até 25 de março de 2026. O pagamento será feito em duas parcelas em 2027.

## Mais dinheiro II

A Totvs, empresa de software e tecnologia, distribuirá R\$ 104,2 milhões em Juros Sobre o Capital Próprio (JCP), cerca de R\$ 0,18 por ação, para acionistas com posição acionária até 25 de março de 2026. O pagamento está previsto para 10 de abril de 2026. A Totvs comunicou lucro de R\$ 910 milhões em 2025

## Reforma Tributária

Organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e OCDE, alertam que o novo sistema tributário brasileiro pode gerar incertezas jurídicas, aumentar custos para empresas e pressionar a arrecadação, exigindo ajustes rápidos para evitar impactos negativos na economia e na competitividade do país.

## Semana ENEF I

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anunciou a realização da 13ª Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), marcada para 18 a 24 de maio de 2026. A iniciativa reúne órgãos públicos e entidades privadas para promover ações educativas voltadas ao planejamento financeiro da população.

## Semana ENEF II

Durante a Semana ENEF 2026, o público poderá participar de palestras, oficinas e cursos gratuitos, em formatos presencial e online por todo o país. As atividades exigem inscrição prévia conforme a programação oficial, que será divulgada pelas instituições organizadoras e participantes do evento.



Acordo com governadores deverá ser confirmado na sexta(27)

# Governos vão pagar R\$1,20 pelo diesel importado

### Medida visa reduzir impacto da alta internacional do petróleo

Andre Souza

O governo federal vai implementar um esquema de subvenção ao diesel importado em meio à alta dos preços do combustível no mercado interno. A iniciativa, discutida com governadores, prevê que importadores de diesel recebam um subsídio de R\$ 1,20 por litro, dividido em partes iguais entre a União e os governos estaduais (R\$ 0,60 cada), com validade até maio de 2026. A proposta foi apresentada ao Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz), que tem prazo até sexta-feira(27) para responder ao acordo. O anúncio foi feito na terça-feira (24) pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, em meio a um momento de pressão internacional sobre os preços do petróleo e seus derivados, em especial do diesel, em razão dos conflitos entre Estados Unidos e Irã no Oriente Médio, que tem elevado o valor do barril e refletido na cadeia de combustíveis no Brasil. Embora a Petrobras produza a maior parte do diesel consumido no país, 25 % do combustível é importado.

A nova subvenção tem o mesmo impacto estimado que uma renúncia fiscal conjunta de cerca de R\$ 3 bilhões por mês, segundo Durigan. A ideia da medida é reduzir o custo do diesel importado e, por consequência, aliviar a pressão sobre os preços nas bombas de combustíveis, que

impacta toda a cadeia produtiva brasileira: logística rodoviária, agricultura e transporte de cargas. “Precisamos de respostas céleres” - disse o ministro durante coletiva de imprensa.

## Outras medidas

A iniciativa federal se soma a outras decisões recentes do governo para conter o avanço dos preços do diesel. No início de março, o governo zerou os tributos federais PIS e Cofins sobre o diesel, eliminando R\$ 0,32 por litro do preço final. Paralelamente, foi instituído um imposto de exportação de 12 % sobre o petróleo bruto e derivados, com o objetivo de desestimular a saída de combustíveis do país. Na mesma semana, a Petrobras aproveitou e elevou o preço do diesel “A” em cerca de R\$0,38 por litro, em resposta à pressão do mercado internacional. Além das medidas tributárias e de subsídio, o governo e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) têm intensificado a fiscalização para coibir práticas de preços abusivos no setor.

## Ameaça de paralisação

O anúncio também busca prevenir uma possível paralisação de caminhoneiros, que já sinalizaram protestos diante da alta do diesel. A categoria ameaça interromper o transporte de cargas caso os preços do combustível permaneçam elevados.